

Carta Maior, 24 de fevereiro de 2020

A Europa, o Irã, a Palestina e o plano americano de erguer acordos sobre ruínas

Por: Daniel Barreiros

Donald Trump tem aquele tipo de personalidade capaz de fazer inimigos ao falar do tempo, numa viagem de elevador, e não espanta que sua “estratégia” de sobrevivência política seja a de se cercar de familiares, fanáticos, bajuladores e oportunistas, organizados em uma pretensiosa “contraelite terraplanista” desafiadora da “velha política”, boquirrota em muitos casos, lunática em outros tantos. Confesso minha fraqueza de, vez por outra, confundir mestre e laçao, e, invertendo as hierarquias, projetar sobre o Tariff Man as perversões psicóticas do Messias, de seus filhos, do astrólogo, e de seus amigos. Mas é que a carapuça acaba cabendo às duas turmas, como venho insistindo nas minhas mensagens anteriores (1), e se há padrão no caos, desvendá-lo será promessa para texto vindouro.

O que lhes trago hoje é outra tentativa de decifrar o palimpsesto dessa história do tempo presente no que diz respeito à interseção entre as “soluções” dadas pelo atual governo norte-americano para a questão palestina, para a nuclearização do Irã, e para o papel da União Europeia na crise do Oriente Médio. Trump parece crer no velho adágio que diz que mentiras repetidas se tornam verdades, diretriz essa que fez escola também aqui em Pindorama, depois dos disparos em massa, das mamadeiras e do mefistofélico Goebbels tupiniquim. No caso norte-americano também as mentiras reiteradas à base de tuites e fake (Fox) news cumprem mil e uma utilidades, e no caso da política externa, têm criado o fenômeno dos “best deals you can get”.

Trump, com um misto de atrevimento e de confiança ególatra, quer convencer a macacos velhos de que é o único capaz de encaixar quadrados em círculos, e círculos em triângulos, simplesmente porque ele é o cara (e não foi Barack quem o disse), e que em termos de política, isso basta. É ofensivo e irresponsável, para dizer o mínimo, querer lidar com um colossal barril de pólvora na base de bravatas e diatribes, sugerindo que um

hard talk movido por duríssimas sanções (ou pela ameaça delas) será suficiente para amaciar os corações de gente que, junta ou separada, odeia ou pelo menos olha para Washington com desconfiança. Trump quer determinar os movimentos dos europeus na questão iraniana, e ter a autoridade de pacificar a questão palestino-israelense, como se ele próprio não tivesse contribuído para esvaziar toda e qualquer pretensão de primazia ética dos Estados Unidos no sistema interestatal, já esgarçada desde a invasão unilateral ao Iraque em 2003.

Mas passemos aos fatos, e aqui cabe uma breve recapitulação da novela em torno do Joint Comprehensive Plan of Action (doravante JCPOA), assinado em Viena em 14 de julho de 2015, tendo como protagonistas os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a União Europeia, a Alemanha em voo solo, e, claro, o próprio governo iraniano. O JCPOA apareceu como um golpe de mestre da diplomacia americana sob Barack Obama, e como feito ímpar dos europeus no cenário global, porque, entre outras coisas, colocava antolhos nas pretensões do governo iraniano, fazendo-o percorrer um caminho “seguro” para o uso da energia nuclear.

Para Teerã, o acordo acabava se conformando como situação menos danosa, pelo menos no médio prazo. Os ganhos acumulados com a pesquisa científica têm curta meia-vida caso investimentos sejam interrompidos, e contar com o beneplácito condicional das grandes potências para que esses investimentos continuassem seria melhor do que nada. Antes isso que bancar o lobo solitário, go rogue, e enfrentar o sistema de peito aberto. O acordo acabou funcionando como um sinal verde para Pequim estreitar ainda mais seus laços já bastante apertados com o Irã, o que se mede pelo crescente volume de dólares americanos saídos de bolsos chineses e entrando em bolsos persas.

E entre turbulências lá e cá, as relações entre Teerã e seus “parceiros” no JCPOA seguiram íntegras até oito de maio de 2018. Foi quando Trump não só anunciou a retirada dos Estados Unidos do acordo, mas também denunciou o fato de que o governo iraniano teria prosseguido a expansão de seu programa nuclear a despeito do combinado. Se o mundo livre agora o sabe, disse o POTUS, devemos agradecer a Bibi Netanyahu e aos documentos “altamente fidedignos” obtidos com muito custo pelo Mossad.

Essa menção decerto não foi imprópria, porque costuma ser de bom tom atribuir autoria a quem é devida, mas não contribuiu em nada para tornar mais legítimo o pleito. E quando analistas sérios sugeriram que os tais documentos eram velhos e provavelmente caducos, e a Agência Internacional de Energia Atômica descartou evidências de que o Irã estivesse caminhando na direção de produzir armas nucleares desde 2009, Trump trouxe para si mais uma vez o espectro do “conluio”, ainda que, no que remete a Israel, relações perigosas sejam apenas business as usual.

Em ato previsível, Ali Khamenei se apressou em classificar a acusação de Trump como “ridícula e rasa”, e, com ingenuidade cínica, exigiu que França, Alemanha e Grã-Bretanha contivessem o ímpeto norte-americano caso seus três governos estivessem de fato comprometidos com o acordo nuclear. Resolver chutar um formigueiro adormecido, aparentemente por razão alguma, era algo que já parecia estúpido na conduta de Trump, mas como se diz, morre de véspera aquele que se antecipa. Ainda havia mais estupidez por vir, e ficamos sabendo no dia vinte e dois de maio daquele ano de 2018, através do Secretário de Estado Pompeo, que Trump tinha novos termos – “duríssimos” segundo a retórica oficial – que deveriam compor um novo acordo em substituição ao JCPOA. Esses termos, sabemos, eram um compilado das críticas mais ácidas feitas pelos republicanos à postura diplomática de Obama em relação ao Irã desde 2015. Eles incluíam, entre outras exigências, a interrupção do programa de proliferação de mísseis balísticos e, pasmem, a cessação de todo apoio a grupos paramilitares fora do território do Irã.

Esse é um daqueles momentos em que gente sã, como eu e você, fica a procurar o fio da meada, desata a querer buscar a razão secreta por trás do estapafúrdio, e acaba recorrendo a qualquer explicação ad hoc, mesmo que seja uma bem manjada (quantas vezes os desvarios do Messias, do Imprecionante (sic) ou do Idiota foram explicados como “cortina de fumaça para alguma outra coisa”?). As exigências do Trump Deal eram absolutamente descabidas porque demandavam que o governo iraniano abdicasse de todos os seus instrumentos de projeção de poder regionais de uma vez só. E, convenhamos, nesse caso, quem tem franca superioridade no terreno é o Irã, de modo que os novos termos significariam exigir que Teerã aceitasse perder a partida no campo do adversário, tendo mais gols e posse de bola.

Abrir mão de mísseis, energia nuclear e dos paramilitares pelo Oriente Médio seria, para o Irã, mais ou menos como se, no Brasil, o projeto do submarino nuclear corresse risco porque nosso principal parceiro – a França – foi considerado um “potencial agressor” na Amazônia; se o setor de engenharia fosse desmontado de dentro para fora; se a estatal de petróleo fosse sabotada; se a pressão pela militarização da Amazônia por forças norte-americanas crescesse; se a Embraer fosse vendida para algum gigante do complexo militar-industrial dos EUA; ou se um foguete VLS-1 explodisse misteriosamente na Base Aeroespacial de Alcântara, para depois a própria base ser alugada aos americanos, tal como se faz com uma quitinete sem uso. Tais fatos seriam o dobre de finados para qualquer projeto de autonomia geopolítica regional brasileira, mas, para o alívio dos patriotas e dos crentes no Brasil grande, nada disso aconteceu. Trump queria que algo assim acontecesse ao Irã, sem resistência, com uma canetada. As relações entre Teerã, Pequim e Moscou são muito sólidas. Não sei onde esse senhor estava com a cabeça.

Eu teria ficado estupefato diante de tamanha desfaçatez, e acredito que o mesmo aconteceu com os altos oficiais iranianos, que tardaram até a primeira semana de agosto para reagir. É evidente que as demandas norte-americanas foram rechaçadas uma a uma, e Trump, então, em seu melhor estilo, iniciou a primeira rodada de sanções econômicas contra o Irã envolvendo o setor automotivo, da dívida soberana, de câmbio e de metais estratégicos, sanções essas que haviam sido suspensas da ocasião da assinatura do JCPOA, em julho de 2015.

As sanções ganham ímpeto em novembro de 2018, atingindo o setor de construção naval, bancário e, principalmente, de petróleo, ameaçando empresas norte-americanas ou estrangeiras com retaliações. E quem esperava uma desescalada gradual ficou a ver navios, dado que, em mais um ato de desafio, Washington decreta como “organização terrorista estrangeira” o Exército dos Guardiões da Revolução Islâmica, ao que Teerã responde designando os Estados Unidos como “estado patrocinador do terrorismo”. Trump, por sua vez, elimina os waivers no regime de sanções sobre a venda de petróleo e petroquímicos, com o objetivo de atingir mortalmente a economia iraniana.

Esse talvez tenha sido o ponto de virada, quando, de fato, a tensão começou a escalar na direção de um conflito armado. Esse fato deixou transparecer

algumas fraturas mais expostas na composição de forças que sustentava o governo Trump. De maio de 2019 a janeiro de 2020, uma sucessão de acontecimentos sugeriu que pressões políticas ao velho estilo neocon começaram a pesar sobre a conduta internacional do governo norte-americano, e nesse intervalo, John Bolton arquitetou uma política de “pressão máxima” envolvendo o deslocamento de vasos de guerra e bombardeiros na direção do Oriente Médio, como iniciativa de cease and desist aplicada ao Irã. A cada nova resposta iraniana, envolvendo o abandono de mais e mais condições impostas pelo JCPOA, maior era agitação, por um lado, dos falcões neoconservadores que volteavam por Washington, e de outro, do entourage trumpista, antenado em uma frequência paleoconservadora de isolacionismo, delegação de responsabilidades internacionais e de máxima pressão econômica.

Enquanto um cabo de guerra político era disputado no front interno norte-americano, navios-tanque no Golfo Pérsico e instalações petrolíferas sauditas foram atacados, um supertanker transportando petróleo iraniano foi abordado por forças especiais britânicas em Gibraltar, mais mil soldados foram deslocados para o Oriente Médio pelo governo de Washington, um drone norte-americano foi abatido, e tropas americanas e iraquianas foram feridas em ataque à base de Kirkuk por forças do Kataeb Hezbollah, financiado pelos iranianos. Uma resposta militar à altura vinha sendo aguardada nos bastidores de Washington, e quando em vinte e nove de dezembro de 2019 bombardeios foram realizados no Iraque e na Síria, matando vinte e cinco insurgentes, os tambores da guerra pareciam soar mais próximos, como solução para a contenção do Irã.

Foi então que Trump chegou ao fatídico dia dois de janeiro de 2020. Sob pressão máxima do impeachment e da hostilidade dos falcões - após a demissão de Bolton -, autorizou o abate de Qasem Soleimani em um ataque aéreo sobre solo iraquiano. Razões estratégicas e de oportunidade à parte, estava ali um gesto de apaziguamento desmedido e irresponsável, claramente voltado a aplacar a fúria das hostes neoconservadoras. Incendiou um estado de coisas já calcinado, e foi sobre essas ruínas que, em ato contínuo ao ataque, Trump abriu o balcão de negociações, torcendo para que, após uma cipoada daquela monta, Teerã, ainda com a cabeça rodopiando, viesse a aceitar o diktat norte-americano. O Tariff Man, no píncaro da sua egolatria, talvez não tenha sido empático o suficiente para

perceber que, depois de empilhada uma tonelada de dissabores desde maio de 2018, nem europeus, nem chineses, nem russos, nem iranianos se sentiriam motivados a lhe dar sequer um copo d'água em dia quente. Batendo palmas só restava Bibi, uns autocratas do leste europeu, e no fundo da sala, sabujo doente por atenção, o Messias.

A despeito de a desescalada ter ocorrido, a situação foi progressivamente saindo dos trilhos, e a aparente falta de uma estratégia sólida por parte dos Estados Unidos foi ficando visível. Enquanto Trump tuitava e animava sua base de apoio político interna, e enquanto vendia aos iranianos a “boa nova” do Trump Deal, o E3 (Alemanha, França, Grã-Bretanha) e a Rússia tomavam a frente, tentando, na medida do possível, colocar panos quentes.

Em seis de janeiro, Lavrov se apressou em construir a narrativa de que, a despeito de quaisquer exageros, o Irã estaria comprometido com o JCPOA. Mesmo que Teerã o abandone, disseram os russos, isso não representaria qualquer risco de proliferação nuclear, já que todo avanço em termos de enriquecimento de urânio seguiria sob intensa vigilância da Agência Internacional de Energia Atômica. Afirmando com veemência que Moscou seguia fiel ao acordo nuclear de 2015, e convidando a comunidade internacional a revivê-lo (a despeito da reação histórica de Trump), Lavrov tentava transmitir a esperança de que, no fundo, haveria uma ampla margem de negociação com Teerã. Os iranianos estariam dispostos, inclusive, a abdicar de todos os avanços em contradição com o acordo, caso os europeus estivessem dispostos a fazer a sua parte. Isso não significava, apenas, a manutenção dos antigos mecanismos de pagamento e comércio voltados para minimizar as sanções americanas, mas sim, que os europeus pressionassem o homem certo. Em verdade, até onde as evidências nos levam, o compromisso com o JCPOA foi rompido pelos EUA unilateralmente – em resposta a uma complexa dinâmica política interna –, e os europeus pareciam pouco interessados em chamar Donny para uma conversa franca.

Lavrov falou, mas ficou sem resposta. O E3 seguiu com sua típica postura monotônica e um tanto sonsa, exigindo que o Irã se comprometesse integralmente com o acordo antes de qualquer negociação ser possível, com os iranianos, por sua vez, alegando que as sanções tornavam impossível qualquer conversa, e que todas as violações ao JCPOA promovidas pelo governo até ali teriam o único intuito de “equilibrar a situação”, uma vez

que um dos principais signatários, os Estados Unidos, haviam reduzido seu nível de compromisso a zero. Demorou até doze de janeiro para que o E3 finalmente emitisse uma declaração conjunta em defesa do acordo, e expressasse pesar e preocupação (esse era o limite...) diante da postura americana.

Mas nem tudo era laconismo e poker face naquele circo de cavalinhos europeu. Um fato relevante pode ter passado em branco de parte da grande mídia, e que se deu um dia antes, em onze de janeiro. Merkel estivera em Moscou, onde afirmara com firmeza sua disposição de resistir às pressões dos EUA, e de ampliar a cooperação com a Rússia. Essa aproximação teuto-russa é tema sério que ganha ares de profecia desde fins da Guerra Fria, e, admito, ver a chanceler alemã botando banca ao lado de Putin foi algo que me soou com sentido histórico. No encontro, discutiram não só a questão do Irã, mas da Síria, da Líbia, da Ucrânia e, evidentemente, o Nord Stream 2, gasoduto que virou um pequeno pesadelo para os Estados Unidos, que a todo custo tentaram impedir por meio de sanções às companhias envolvidas. Tarde demais para o Tio Sam, deve ter pensado Merkel, quando afirmou que vinha da Rússia a energia que beneficiaria não só a Alemanha, mas a Europa em geral.

Três dias após a visita de Merkel a Moscou, e totalmente sem aviso, o E3 deflagrou o mecanismo de disputa do JCPOA, sob a alegação de que as violações iranianas seriam insustentáveis. Isso aconteceu poucas horas antes de Boris Johnson afirmar que era preciso “baixar a bola” em relação a tudo o que diz respeito ao Irã. Não parecia fazer sentido. O mecanismo de disputa poderia conduzir à reimposição das sanções econômicas impostas no âmbito das Nações Unidas, e suspensas desde 2015. A ameaça de mais sanções vinha na contramão do entendimento dos “adultos na sala” até aquele momento. Os russos, talvez com pouca surpresa, manifestaram-se prontamente, considerando a postura do E3 absolutamente abusiva, desnecessária, e contraproducente.

E no dia seguinte, quinze de janeiro, o mundo foi dado a conhecer que o Tariff Man, de terno e chapéu, havia assumido sua identidade secreta de Donny Corleone. Nada menos do que tarifas de 25% sobre veículos automotores seriam impostas pelos Estados Unidos aos países europeus caso não pressionassem o Irã pela aceitação do Trump Deal. Jeremy Shapiro, do Conselho Europeu de Relações Internacionais, comparou o

POTUS a um mafioso, e perdeu a chance de dizer algo que alguém ainda não soubesse. Até agora paira a dúvida sobre se os europeus acionaram o mecanismo de disputa do JCPOA antes ou depois de saberem do “cometa” que lhes chegava pela retaguarda. Mas o fato acabou importando pouco, e sim a versão. Javad Zarif concluiu que o E3 se vendeu a Trump para evitar as tais tarifas, e não há santo que, agora, desfaça a ideia. Mas, isso é pouco. Nada me tira da cabeça que Trump se sentiu mais encorajado a enquadrar o E3 depois do gesto de rebeldia de Frau Merkel, e de seu aceno ao Czar de todas as Rússias.

Claro que todo mundo esbravejou, os russos acusaram os líderes do E3 de serem negligentes, Macron veio a público dizer que estavam falando sério, Rouhani tentou convencer de que seu país não busca armas nucleares, e Trump resolveu provocar com um infame tuite em farsi, vaticinando que o Irã jamais seria uma nação nuclear. Faltou alguém dizer que os ânimos já estavam por demais acirrados, e que conviria ao líder da única potência global agir como um adulto. Quando Fiori sugeriu que o hegemom é um desestabilizador permanente do sistema, certamente não era essa imagem que tinha em mente.

Num quadro de colapso de uma arquitetura falha, mas que estava de pé, e no qual Trump se transforma em uma fábrica de produzir indisposição, não ficamos admirados quando no dia vinte e oito de janeiro o parlamento iraniano, além de deixar claro que poderia abandonar o JCPOA, introduziu uma moção para que o Irã abandone também o TNP, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Não há data para que a moção seja votada, e a decisão final caberá ao aiatolá, mas isso interessa pouco; o que realmente importa é a mensagem. O governo iraniano está sinalizando que vai aumentar a aposta, e que chegará ao all-in se nada se alterar.

Com a casa desmoronada, fica explícita a incapacidade de Trump de ser fiel ao populismo que norteia sua base de apoio político, e ao mesmo tempo mostrar aos falcões neoconservadores que tem alguma noção madura sobre o exercício do poder imperial norte-americano. Não acho que em Washington alguém ainda tenha qualquer expectativa de que os iranianos reassumirão seus compromissos com a agenda nuclear, assim, de mão beijada. Nem mesmo Donny. E decerto a diplomacia da UE, e em especial do E3, buscará alguma margem para ampliar sua independência após o arrocho mafioso que sofreu. Até que os falcões cobrem mais um tributo em

sangue, Trump sobrevoa o mundo com seu ego em forma de balão, continuando o seu velho jogo de brincar com os poderes médio-orientais, tal como com peões. No mesmo dia em que o parlamento do Irã anunciou sua visão acerca de seu futuro no TNP, o Tariff Man revelou ao mundo (sempre assim, em tom mosaico) o que chamou de “Acordo do Século” para resolver de uma vez só a questão israelense-palestina. Porque é assim que o mundo funciona para Trump: história, longa duração, curta duração, tudo é disparate de intelectual francês, de boina e baguete debaixo do sovaco. O que aquece o mundo – e Chuck Norris que o diga – é ação, movimento e uma boa dose de self-reliance.

No que consiste a tal proposta milagrosa, e porque me dou ao trabalho de tratar dela aqui, nessa mensagem? Ela é tão sensível à contingência do mundo real quanto o Trump Deal para o Irã. Em resumo, ela estabelece uma solução de dois Estados, só que não. Jerusalém, cidade santa para os dois lados na briga, se torna capital indivisa de apenas um dos lados (desnecessário dizer qual), os assentamentos israelenses na Cisjordânia passariam a ser reconhecidos, Israel interromperia a construção de novos assentamentos por quatro anos, enquanto o Estado palestino teria suas dimensões duplicadas em comparação com os territórios correntemente reclamados, e mais U\$50 bi para investimentos. Jared Kushner, genro, cidadão de bem, aliado e rascunhador do plano, garantiria ainda uma embaixada dos EUA na Palestina localizada em Jerusalém Oriental, mesmo que a cidade não fosse nem capital nem parte do território do novo Estado.

Só que quando Kushner se esquece de consultar os palestinos, banca o demiurgo, e faz pouco caso da dignidade de um povo, acaba insinuando que uma questão profunda como o controle de Jerusalém não passa de caturrice, e basta estar vivo para saber que não é assim que se faz diplomacia. Em resumo: o tempo fechou, naturalmente, com protestos por toda a região, com os palestinos inclusive ameaçando abandonar os acordos de Oslo, e com olhares tortos por parte dos russos e do E3.

Não pretendo padecer do velho pecado de tentar por ordem na balbúrdia trumpista, e será assim que seguirei meu rumo, enquanto vocês ficam matutando sobre essas coisas todas. Mas vejam vocês que, em ato contínuo ao anúncio do tal “Acordo do Século”, Mahmoud Abbas, presidente da ANP e homem forte do secular Fatah, pronunciou-se duramente, como esperado, e se dirigiu às facções políticas internas em prol da conciliação e

da cooperação contra um inimigo comum. Abbas, inclusive, se manifestou favorável a uma negociação com Ismail Haniyeh, liderança do sunita e fundamentalista Hamas, a despeito do ainda frágil processo de reconciliação entre as duas facções após o sangrento conflito que fraturou a Autoridade Nacional Palestina entre 2006 e 2007.

O Hamas não somente rejeita a perda de Jerusalém como militantemente advoga pelo fim do Estado de Israel. O Hamas tem estreitas relações com os iranianos, que inclui polpidos repasses financeiros vindos de Teerã. E diante da perspectiva de uma aproximação das duas facções voltadas contra o “Acordo do Século”, não é improvável que o Hamas, com maior representatividade social, acabe assumindo informalmente a dianteira. Javad Zarif, ministro das relações exteriores do Irã, por telefone, manifestou seu integral apoio a Haniyeh e à sua causa no dia dois de fevereiro. E, farejando a oportunidade, não perdeu tempo: quebrando o gelo acumulado por anos, dirigiu-se igualmente ao até então hostil presidente Abbas, estendendo sua solidariedade ao Fatah e a todo o povo palestino unido. No Iraque, o quadro não é muito diferente; se os EUA e o Irã competiam por influência desde 2003, hoje, os últimos nadam de braçada. A presença iraniana está em cada poro da vida cotidiana da sociedade iraquiana, e as milícias formadas por influência de Teerã nos anos 1980 estão incorporadas às forças armadas do Iraque. Claro que nem tudo é um mar de rosas, e certamente o aiatolá não fala por todos os xiitas, mas isso seria dizer o óbvio. O fato é que se o objetivo é conter o Irã com o apoio dos russos e dos chineses, através da guerra, ou pela negociação, Washington não parece ser capaz, no momento, de trilhar qualquer dos três caminhos.

Em resumo, Trump está querendo erguer acordos sobre as ruínas que a sua própria conduta errática cria. Preso numa sinuca de bico entre os doidivasas populistas que o sustentam e a rapinagem dos neocons, a agenda trumpista acaba como o pato, que nada e voa, sem ser exímio como o peixe ou como a águia. Seu ego e crença nas próprias habilidades de businessman não se mostram à altura para lidar com os bastidores do império. O cabo de guerra há de ser resolvido em algum momento, e ter escapado do impeachment, por um lado, e a revolta dos generais que se afastam – ou são afastados – do governo, por outro, embaralha ainda mais a conclusão prevista para os próximos capítulos.

Link original: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Europa-o-Ira-a-Palestina-e-o-plano-americano-de-erguer-acordos-sobre-ruinas/4/46576>